

Hyrata Hykeno Abe

**FLEXIBILIZAÇÃO DOS TEMPOS DE TRABALHO E A
PRODUÇÃO DE DESENCONTROS NA VIDA FAMILIAR E
AFETIVA DOS TRABALHADORES.**

**Associativismo, Profissões e Políticas Públicas -
III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero.
Sessão Temática: Casa, Gênero e Trabalho**

**UFG
Goiânia - 2010**

Flexibilização dos tempos de trabalho e a produção de desencontros na vida familiar e afetiva dos trabalhadores.¹

Hyrata Hykeno Abe²

RESUMO

Esse presente texto tem como objetivo apresentar primeiras reflexões sobre a relação entre flexibilização dos tempos de trabalho e a produção de desencontros nas relações familiares e afetivas dos trabalhadores que estão submetidos a essa lógica de controle da produção pelo capital. Faz uma breve análise sobre tempo de trabalho entre Marx e Weber e discute a flexibilização do tempo como estratégia de sobrevivência do mercado de trabalho, o reflexo dessa flexibilização na vida do trabalhador e apresenta alguns casos de desencontros gerados.

Palavras-chave: flexibilização; tempo; desencontros.

Introdução

Tempo de trabalho em Karl Marx.

A acumulação capitalista, segundo Karl Marx, se parece com um círculo vicioso que se alimenta da apropriação dos esforços do trabalhador de maneira a produzir mais-valia. A produção capitalista consiste em produzir mercadorias para satisfação de necessidades humanas, sendo essa a forma elementar da riqueza das sociedades caracterizadas por esse modo de produção.

As mercadorias são trocadas com base em seu valor-de-troca, valor que para Marx “parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente a mercadoria” (MARX, 2003, p.58).

Uma das características da mercadoria é a de ser fruto do trabalho. Ao prescindir o valor-de-uso, Marx aponta para o desaparecimento do caráter útil do trabalho nele corporificado. A maneira como foi despendido esse trabalho no produto é também de alguma forma reduzida a uma só

1 Artigo final como parte das atividades da disciplina Sociologia do Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Sociologia

2 Mestrando em Sociologia – Universidade Federal de Goiás (hyrataabe@hotmail.com)

espécie, o que Marx chama de trabalho abstrato. A mercadoria se torna mero representante desse trabalho.

A “substância criadora de valor” do objeto é o trabalho. A quantidade de trabalho cria e projeta no objeto esse valor em que o tempo é a variável de medição desse tanto quantificador. Marx aponta para a necessidade de o capitalista estabelecer, então, medidas de tempo de produção, o que ele chamou de tempo de trabalho socialmente necessário, que é “o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com grau social médio de destreza e intensidade de trabalho. “(MARX, 2003, p. 61)

As mercadorias que tivessem o mesmo tanto de tempo de trabalho possuíam o mesmo valor. Ele diz: “Como valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza” (IDEM). Então, o valor da mercadoria se mantinha invariável se esse tempo também se mantivesse (em sua produção). No entanto, a produtividade do trabalho se modificava de acordo com as variações ocorridas, fossem elas pela destreza dos trabalhadores, novas técnicas de organização da produção ou pela implementação de novas tecnologias.

Marx nos mostra a maneira como o tempo é usado pelos donos dos meios de produção na extração da mais-valia. Ele faz com que o trabalhador exceda o tempo trabalhado em relação ao tempo necessário para sua manutenção. Em suas palavras:

“Já vimos que o valor, ou seja, o preço, da força de trabalho vendida pelo seu detentor como mercadoria é pago em forma de salário, isto é, como preço de uma soma de trabalho que contém trabalho excedente. Desse modo, se o valor da jornada da força de trabalho = 3 marcos, produto de 5 horas de trabalho, figura essa quantia no contrato entre o comprador e vendedor como preço ou salário, digamos de 10 horas de trabalho. Se esse contrato é feito, por exemplo, com 50 trabalhadores, terão eles, durante uma jornada, de fornecer conjuntamente ao comprador 500 horas de trabalho, das quais a metade consiste em trabalho

excedente, 250 horas de trabalho = 25 jornadas de 10 horas.” (MARX, 2003, p. 40).

Essa distinção feita entre tempo de trabalho excedente e necessário é possível no sistema de produção capitalista em que o lucro é pressuposto da produção. O tempo torna-se, então, a variável orientadora para se estabelecer valor-de-troca tanto para os donos dos meios de produção quanto para o proletariado em seus salários. Por isso, “tempo é dinheiro” e a materialização desse princípio se dá na otimização do tempo na produção. O trabalho socialmente necessário deve ter seu tempo reduzido ao máximo, sempre, como forma de aumentar os lucros e manter a produção.

Em tempos de crise do sistema capitalista industrial, o tempo sempre é uma das variáveis atacadas para se manter a produção. Esse ataque ao tempo (que se intensifica e agora se flexibiliza) tem repercutido em todos aqueles que a ele se submetem.

Tempo de trabalho em Max Weber.

Em sua análise sobre o espírito do capitalismo, Weber mostra o que o tempo de trabalho significa para a produção industrial, não somente naquele tempo de uma indústria incipiente, mas o valor e a importância dele no processo produtivo. Faz parte da racionalização capitalista olhar para o tempo de trabalho como algo além de um aspecto importante da ética do trabalho, algo como instrumento da própria produção..

Em seu esforço por conceituar o termo ‘espírito do capitalismo’, Weber percebe um *ethos* que provem desse espírito. São condutas moralmente orientadas que levavam as pessoas a se entregarem ao trabalho além do necessário para sobreviver. Era algo para o comerciante e empresário “além de audácia comercial ou de uma inclinação pessoal moralmente neutra” (WEBER, 2003, p 20), portanto. Era a avareza ligada ao ideal, dever de aumentar a própria riqueza. Por isso, valores como honestidade, diligência, produtividade, não desperdício de dinheiro e conseqüentemente de tempo dão a riqueza status de sinal do favor divino e ao trabalho o meio de se chegar até ele. A resignação à pobreza deixava de ser valor para se tornar um desvalor.

A cooptação dos trabalhadores se dava pelo apelo religioso. O subjetivo deles estava condicionado a sua entrega à carreira como obrigação vocacional, o que hoje por certo não se apresenta mais dessa forma, mas de maneira óbvia a todos. Como diz Weber, essa cooptação consciente do indivíduo não foi determinante para a futura existência do capitalismo moderno, mas ela estava participando em conjunto com as complexas relações e regras de mercado aos quais os indivíduos nelas já nasciam e deviam se submeter para não serem eliminados, sem emprego. Era um novo sistema que dominava a vida econômica, educava e selecionava aqueles de quem precisava.

Em uma passagem interessante nesse seu capítulo sobre o espírito do capitalismo, Weber diz que o capitalismo moderno não se diferenciava do pré-capitalismo nem de outros praticados em outras regiões do mundo por sua fome de lucro ou avareza, mas dessa sua capacidade normativa da sociedade em torno de si.

Um estado mental como aquele expresso nas passagens citadas de Franklin, que arrancaram aplausos de um povo inteiro, tanto no tempo antigo como na Idade Média teria sido proscrito como o mais baixo tipo de avareza e como uma atitude completamente isenta de respeito próprio. E de fato é ainda vista assim por todos os grupos sociais que estão pouco envolvidos ou adaptados às condições do capitalismo moderno. E isso não devido ao fato de o instinto de aquisição ser desconhecido ou pouco desenvolvido naqueles tempos, como foi aventado muitas vezes. Tampouco porque a *auri sacra fames*, a fome de riqueza fosse, ontem como hoje, menos poderosa fora do capitalismo burguês do que dentro de sua esfera de ação, como nos quer fazer crer a ilusão dos modernos românticos. A diferença entre o espírito pré-capitalista e o capitalista não deve ser encontrada nesse ponto. A avidez do mandarim chinês, do antigo aristocrata romano ou do moderno camponês pode suportar qualquer comparação.

(WEBER, 2003, p 20)

Boa parte da luta do espírito do capitalismo contra as forças contrárias do tradicionalismo se

deu por essa indisposição mental de o homem comum não querer trabalhar para adquirir mais que o necessário. O homem tradicional por si não desejava mudar de vida, ele estava condicionado a certo ritmo e a ter seus prazeres ligados a esse estilo de vida. O empresário do capitalismo moderno encontrava barreiras para imporem seu novo espírito a esses trabalhadores. A vocação religiosa para o trabalho e para o acúmulo, típico do espírito do capitalismo, exerceria papel fundamental para mudar essa disposição. É o que Weber diz:

Apesar disso, usamos provisoriamente a expressão do espírito do capitalismo (moderno) para designar a atitude que busca o lucro racional e sistematicamente, da maneira que ilustramos com o exemplo de Benjamin Franklin. Isso, contudo, se justifica pelo fato histórico de que aquela atitude mental tenha, de um lado, encontrado sua mais apropriada expressão na empresa capitalista e, por outro lado, essa tenha derivado do espírito do capitalismo sua força motivadora mais adequada. (WEBER, 2003, p 26)

Essa atitude mental que proporcionou tal força motivadora a empresa capitalista foi capaz de dar novo sentido ao trabalho e exaltar outros valores que antes não faziam parte dessa nova sociedade do trabalho. A aparência de ser bom trabalhador, honesto, dedicado, diligente começava a fazer parte do negócio e indispensável ao perfil do empregado que lutava para se manter trabalhando. Era um novo status do trabalho levedado pela necessidade de expansão. Era também mais um passo de vitória contra o tradicionalismo:

De mais a mais, além da clareza de visão e da habilidade para agir, foi só pela virtude de qualidades éticas bem definidas e altamente desenvolvidas que lhe foi possível merecer a confiança, absolutamente indispensável, de seus clientes e trabalhadores. Nada além disso poderia ter mais intenso exigido do moderno empreendedor. Mas essas são qualidades éticas de um tipo bem diferente daquelas adaptadas ao tradicionalismo do passado. (WEBER,

2003, p 29)

O espírito do capitalismo foi talhando, tanto nos empresários como nos trabalhadores comuns, valores independentes das éticas superiores. Valores que não mais estavam ligados à religião como outrora, como vislumbrou Weber. Que tomaram vida própria e se incorporaram no âmbito secular da vida das pessoas – uma espécie de iluminismo liberal como ele mesmo próprio se refere - que conseqüentemente começaram a se doar ao trabalho pelo simples motivo de aquisição e expansão:

A idéia de beata monotonia do paraíso exerce pouca atração sobre sua natureza ativa; a religião se lhes apresenta como um meio para afastar as pessoas do trabalho neste mundo (...) o negócio, com o seu incessante trabalho, tornou-se uma parte necessária de suas vidas. E essa seria de fato a única motivação possível, mas ao mesmo tempo nos diz que, do ponto de vista da felicidade pessoal, parece tão irracional este tipo de vida na qual o homem existe para o seu negócio, quando deveria ser o contrário. (WEBER, 2003, p 29)

E Weber viu nesse capitalismo moderno a sua necessidade de aliar-se as idéias, aos valores das pessoas como forma de não somente se expandir, mas também de se manter vivo, já que organiza a vida social em torno de si:

O sistema capitalista precisa tanto dessa devoção à vocação para fazer dinheiro, dessa atitude voltada para os bens materiais tão bem adaptada ao sistema e tão intimamente ligada às condições de sobrevivência na luta econômica pela existência, que hoje não mais podemos questionar a necessidade de conexão do modo de vida aquisitivo com qualquer Weltanschauung isolada. (WEBER, 2003, p 30).

Essa nova forma de se relacionar com o trabalho, numa sociedade voltada para ele, necessitou como dito antes, de pessoas que se disciplinassem e se envolvessem dentro e fora da fábrica ou do comércio. As outras instâncias sociais começaram a ser geridas por essa nova ordem burguesa que se apossava e desejava instituir uma nova ética do trabalho ligada também ao uso do tempo útil. Em todo o momento em que o espírito do capitalismo travava sua batalha contra o tradicionalismo, o tempo de trabalho era um dos valores a serem talhados. Weber conseguiu enxergar o espírito contido nas palavras de Benjamim Franklin quando este diz: “Lembre-se que o tempo é dinheiro. Para aquele que pode ganhar dez shillings por dia pelo seu trabalho e vai passear ou fica ocioso metade do dia,(...) jogou fora. mais cinco shillings.” (WEBER, 2003, p 19). Era o espírito do capitalismo.

Para que essa sociedade voltada para o trabalho se viabilizasse, houve necessidade de construir um corpo disciplinar que envolvesse todos os indivíduos, dentro e fora. Para Weber, esse discurso também condicionou subjetivamente os trabalhadores a funcionarem com um relógio moral dentro de cada um, tornando-os mais suscetíveis as novas configurações dos ideais desse espírito. Imaginar mais tempo de trabalho se tornava fácil quando esse ideal se vestia de valor pessoal, sem necessidade de coação outra para convencê-los, já que, como diz Moraes (2010, p 6): “O uso do tempo que não de forma útil e produtiva, conforme o ritmo imposto pela fábrica, passou a ser sinônimo de preguiça e degeneração. Só o trabalho produtivo, fundado na máxima utilização do tempo dignificava o homem.”

Breve histórico da discussão sobre intensificação e flexibilização do tempo de trabalho no Brasil.

A intensificação e flexibilização do tempo de trabalho nos últimos anos, no mundo inteiro, tem sido objeto de atenção da sociologia do trabalho. As consequências na vida dos trabalhadores e a maneira como se dá essa entrega ao tanto e aos tempos trabalhado são temas postos na vida de todos no cotidiano. Todos os dias, milhares de pessoas saem para trabalhar cada vez mais cedo e

voltam cada vez mais tarde em horários e turnos cada vez mais diversificados.

A partir da década de 1970, em que o sistema capitalista de produção entrou em crise, reclamando novo padrão de acumulação para substituir o emperrado modelo fordista-taylorista, o trabalho socialmente necessário (MARX, 2003) tem sido alvo de reflexão para voltar a responder aos anseios do capital. O toyotismo surge então como resposta ao entrave. Novas tecnologias aliadas as novas formas de organização do trabalho surgem para produzir mais em menos tempo e acabar com os estoques. Intensificação do trabalho e do tempo orientam os engenheiros, administradores, executivos, todos que estavam envolvidos na busca pela salvação de suas empresas, empregos e lucros (BRAGA; CANÔAS, 2010).

O modelo toyotista de produção traz em sua proposta a flexibilização de processos, funções, relações e, conseqüentemente, de tempo de trabalho.

Esse novo modo de produção exigia legislação apropriada para suas características. As empresas precisavam adaptar-se as variações, sazonalidades e aumento de demanda para serem capazes de responder as diferentes necessidades de prazos e de perfis dos novos consumidores. E foi lhe dada. A autonomia concedida as empresas nas contratações e na determinação das regras de uso da mão-de-obra na década de 1980 reforça e amplia o processo de flexibilização nas relações de trabalho nos países capitalistas e conseqüentemente no Brasil (que tem uma das mais extensas jornadas de trabalho do mundo de acordo com o IBGE e o DIEESE). O mercado passa a dar o tom e fortalece o caráter de mercadoria da força de trabalho. O Estado brasileiro tem seu papel nesse processo, deixando os trabalhadores sem referências de regulamentação a não ser o próprio mercado. Percebe-se, então, uma reconfiguração não só no mundo do trabalho, mas também nos agentes outrora mais ativos, como diz Eduardo Martins Ráo (2008): “flexibilização é uma agenda imposta pela lógica das transformações no capitalismo, sendo, portanto, uma agenda que afeta as bases da sociabilidade da sociedade contemporânea, redefinindo o papel do Estado e o perfil da classe trabalhador”.

Dentre as intenções de se flexibilizar o tempo de trabalho, destaco algumas que diz Eduardo

Martins Ráo (2008):

- adequar o tempo dos trabalhadores aos da demanda produtiva – não somente em relação aos tempos de folga ou de trabalho, mas durante o processo produtivo em que o *just in time* (e não mais os antigos estoques) rege o ritmo da produção;
- subordinar o tempo social à lógica do tempo econômico;
- apontar novas tendências de construção de uma regulação social de tempos de trabalho que atenda aos interesses do mercado.

E consequências são geradas no tempo social dos indivíduos ao longo dessas mudanças. A intensificação e a flexibilização do tempo de trabalho como modo de adaptação as exigências da concorrência capitalista são variáveis que tem afetado subjetivamente os indivíduos em sua vivência cotidiana, especificamente, nesse artigo, em suas relações familiares e afetivas mais próximas.

Se em “Corrosão do caráter” Richard Sennet trata da subjetividade afetada no caráter dos trabalhadores, como não pensar nas relações pessoais sendo afetadas pelo constante desencontro que os variados tempos de trabalho geram na vida dos trabalhadores?

Flexibilização do tempo de trabalho como estratégia de sobrevivência no mercado de trabalho.

No mercado de trabalho brasileiro, o tempo de trabalho tem passado por uma discussão em que, de acordo com Ráo, (2010) se destaca quatro iniciativas principais: uma de ampliação, duas de flexibilização e uma de redução (que não deixa de ser uma espécie de flexibilização também).

Realização das *horas extras*, que tem sido historicamente forma de extensão do tempo de trabalho e que encontra apoio entre os trabalhadores e empregadores, que veem nela uma forma de aumento de renda e continuação de produção sem maiores interrupções respectivamente.

O *banco de horas* é uma forma de controle de tempo de trabalho de acordo com a sazonalidade da produção. Evita-se com ele demissões em tempos de baixa produção ao mesmo

tempo em que deixa-se de pagar por tempo não trabalhado.

A *jornada de trabalho flexível* em que se divide jornadas em duas partes, sejam elas diárias, semanais, mensais ou anuais. No primeiro período se trabalha a todo vapor enquanto que no segundo o trabalhador usa de seu critério para estabelecer sua jornada, de acordo com a produção exigida.

A *semana reduzida de trabalho* consiste em condensar as horas de trabalho de modo a reduzir os dias de trabalho da semana, dando assim mais dias de descanso. Em tempos de baixa produção, é uma forma de reduzir demissões.

O trabalho informal é caracterizado por trabalhadores que fazem o próprio tempo de trabalho, em que as horas ao trabalho se divide de acordo até mesmo com a profissão. Por exemplo, um chaveiro 24 horas deve estar disposto a atender a qualquer hora que solicitado. Um feirante que vende verduras deve se guiar pelo horário de funcionamento do CEASA, da feira e pelos dias que ela atende. Dentre outros exemplos.

O trabalhador de tempo flexível e sua busca por empregabilidade.

Diante de um mercado em que os produtos, para serem competitivos devem ser cada vez mais variados, as empresas e os trabalhadores precisam dar respostas rápidas e de qualidade. Richard Sennet (2006) chama de *especialização flexível* a essa necessidade. É a antítese do sistema de produção incorporado no fordismo e que vem das técnicas japonesas do toyotismo. Ele enfatiza essa característica dizendo ser importante "...a inovação em resposta à demanda do mercado, mudando-se as tarefas semanais, e às vezes até diárias, que os operários têm de cumprir" (2006, p.60). A alta tecnologia está a esse serviço, mas também novas formas de organização do trabalho, que possibilitam as rápidas tomadas de decisões. Ou seja, é estar disposto e pronto para ser guiado pelas mutantes demandas do mundo externo e adequar-se a elas.

No Brasil, com a reestruturação produtiva implementada pelo Estado e também pelo setor privado na década de 1990, a adoção do modelo toyotista-fordista levou a um discurso em que o

critério empregabilidade (ou a falta dele) passou a ser justificativa das demissões ocorridas em massa. Havia então um cenário em que o déficit de competências dos trabalhadores era critério de corte e de certa forma colocava a responsabilidade em cima do trabalhador pela sua demissão. Ser empregável passou a ser responsabilidade e valor de todos que almejavam retornar ou entrar no mercado de trabalho formal e até informal (já que as regras de contratação passavam por um processo importante de precarização).

E ser empregável significava ter novas competências exigidas por essa nova configuração do mercado de trabalho. Uma verdadeira corrida às faculdades e cursos de toda ordem se viu no país, passando ser parte da agenda do brasileiro comum. Além disso, um espírito empreendedor tomou conta de muitos que se viram incapazes de brigar por uma vaga nesse mercado e fez com buscassem conhecimento técnico e específico para suas áreas de atuação .

É importante destacar a busca pela empregabilidade e também de sua manutenção porque, como se percebe nesses anos, os estudos reforçaram seu caráter utilitário, voltado e orientado por esse viés profissional e empregatício no qual a maioria dos trabalhadores estão engajados. Ou seja, o tempo dos trabalhadores, pode-se assim dizer, foi acrescido com base nesse novo ideal, de empregabilidade via os estudos. Se antes se estudava para trabalhar, atualmente, cada vez mais cedo e por muito mais tempo (talvez por toda a vida profissional) se estuda e trabalha para manter-se empregado ou para alcançar melhores empregos e salários.

Até o tempo fora do trabalho tem sido monitorado por esse ideal. Os trabalhadores inseridos no mundo precarizado, intenso e flexível do trabalho têm usado seu tempo fora dele para descansar a fim de se livrarem das tensões acumuladas. Deixa de ser um tempo marcado pela colheita dos frutos do trabalho por um tempo de busca de refrigério, de cuidado pessoal para logo voltar.

É como se o tempo das pessoas estivessem voltadas para um projeto único, o do trabalho (estudo+trabalho+descanso).

Os desencontros produzidos pela flexibilização dos tempos de trabalho.

Um fenômeno produzido por esse engajamento e que afeta subjetivamente as pessoas é o desencontro. Como a carreira, a profissão, os estudos e o trabalho ocuparam lugar de destaque nessa sociedade do trabalho, as relações afetivas estão sofrendo na proporção dedicada ao trabalho. Quanto mais se busca a empregabilidade, menos tempo para as relações. Menos encontros com as pessoas mais próximas, de maior afeto. Os encontros com a família, os parentes, os amigos, namorados têm sido sacrificados por conta dessa flexibilização do tempo de trabalho, por conta do projeto individual de trabalho.

Os desencontros podem se dar devido :

- a extensa jornada de trabalho;
- a incompatibilidade de turnos diários, semanais, mensais, anuais;
- instabilidade de horários.

Alguns exemplos serão dados para ilustrar desencontros frequentes que podemos perceber ao nosso lado ou até mesmo conosco. São pessoas a quem conversei perguntando sobre seus horários e principais desencontros por conta deles. Foram conversas informais em que não deixei saberem de início do que se tratava. Depois revelei a intenção da conversa.

O estudante do ensino médio.

	<i>segunda</i>	<i>terça</i>	<i>quarta</i>	<i>quinta</i>	<i>sexta</i>	<i>sábado</i>	<i>domingo</i>
manhã	aula	aula	aula	aula	aula		
tarde	aula	aula	aula	aula	aula	simulado	
noite	biblioteca	biblioteca	karatê	biblioteca	cinema		revisão

Esse estudante está em colégio particular na cidade de Goiânia. Está no segundo ano do ensino médio. Ele almeja cursar medicina e me contou que a dois anos tem sido essa sua rotina.

Encontros e desencontros com:

- *amigos* - De suas queixas, destaca a falta de tempo para treinar teclado e de fazer amigos, já que na escola ele se sente “ameaçado por adversários de todos os lados”. “Para ter amigo de verdade tem que ser fora daqui. Aqui é só estudo”. Se diz não ter amigos de verdade.
- *os pais* - trabalham em casa, o que favorece as refeições coletivas, mas fora isso “...é cada um pro seu lado, estudando ou trabalhando”. Finais de semana almoçam na casa dos avós. Nunca saem com os pais a não ser nas férias escolares em que têm um mês juntos.
- *irmã* - tem uma irmã que a encontra nas refeições e a noite. Ela estuda em outra escola.

A família que tem uma padaria como negócio próprio.

escala da família na padaria (horário de funcionamento: segunda a sábado: 6:00~21:00; domingo: 6:00~14:00.)

	<i>segunda</i>	<i>terça</i>	<i>quarta</i>	<i>quinta</i>	<i>sexta</i>	<i>sábado</i>	<i>domingo</i>
pai	5:00~7:00 20:00~21:00 0:00~1:00 faz serviços externos durante o dia	5:00~7:00 20:00~21:00 0:00~1:00	5:00~7:00 20:00~21:00 0:00~1:00	5:00~7:00 20:00~21:00 0:00~1:00	5:00~7:00 20:00~21:00 0:00~1:00	5:00~7:00 20:00~21:00 0:00~1:00	5:00~7:00 0:00~1:00
mãe	6:00~12:00 16:00~21:00	6:00~12:00 16:00~21:00	6:00~12:00 16:00~21:00	6:00~12:00 16:00~21:00	6:00~12:00 16:00~21:00	6:00~12:00 16:00~21:00	6:00~14:00 (folga 1 domingo por mês)
Filha 1	6:00~14:00 (curso supletivo a noite 19:00~22:00)	6:00~14:00	6:00~14:00	6:00~14:00	6:00~14:00	6:00~14:00 (folga 2 sábados por mês)	6:00~14:00 (folga 2 domingos por mês)
Filha 2	14:00~21:00 (curso administração manhã 7:30~11:30)	14:00~21:00	14:00~21:00	14:00~21:00	14:00~21:00	14:00~21:00 (folga 2 sábados por mês)	6:00~14:00 (folga 2 domingos por mês)
Filha 3	Deixou a padaria.						

Conversei com a mãe da família. Ela me disse que a nove anos está nessa rotina. Começou com as filhas bem novas e sempre incentivou os estudos de todas. Se diz cansada da rotina mas já se acostumou.

Encontros e desencontros com:

- *a família inteira*: se veem nos fins de semana em que faz questão de almoçarem juntos lá pelas 14:00 horas, quando acabam as atividades da semana. “Mas nem sempre dá, as

meninas tem seus namorados, preferem ficar com eles. Eu entendo”, diz resignada. Diz ainda que nunca pensou em fechar o estabelecimento ou mudar a rotina. Se diz conformada com a situação. Não vê problemas na falta de mais tempo com a família fora dali. “Quando a gente pensou em padaria, sabíamos do tempo que iria nos custar. Mas vale a pena.”

- *o marido*: o vê a noite e na hora do almoço. Domingo a noite vão a igreja, único evento em que os dois estão juntos fora da padaria ou de casa. Almoçam na padaria, mas em horário separado. Cada um vem na hora que consegue. Só o casal janta junto. Suas férias são sempre separadas, desde que começaram o negócio. “Não pode ficar sem um dos dois. Quando ele vai pescar, eu fico. Depois vou eu para a casa de parentes descansar um pouco. Fazemos isso duas vezes ao ano”.
- *Com as filhas*: A filha 2 cursa administração e tem a intenção de gerenciar a padaria ao lado do pai. A vê a tarde na padaria, a noite quando ela chega para dormir e final de semana no almoço em família. A filha 1, que cursa supletivo, não sabe ainda o que estudar na faculdade. A mãe diz que ela “quer correr atrás do prejuízo, já que tinha deixado os estudos e hoje vê como é importante”. Almoçam juntas (essa filha é casada e mora ao lado da padaria). A filha 3 mora com eles mas preferiu trabalhar em outro lugar. Se veem a noite quando ela chega do trabalho e nos finais de semana.

Considerações finais.

Esse foi um primeiro ensaio na tentativa de começar a pensar sobre os efeitos da flexibilização do tempo de trabalho nas relações pessoais dos trabalhadores em geral. Algumas perguntas surgem no decorrer das leituras e conversas:

- a incompatibilidade de horários das pessoas causam nelas de fato sensação de desencontro?;
- se sim, como elas têm lidado com eles? Surgem novos arranjos, novas formas de encontros

como forma de compensação ou elas vivem com esse *déficit*?

É certo que cada vez mais as exigências e a nova configuração do trabalho tem afetado o subjetivo no cotidiano das pessoas. As relações familiares e afetivas são mais uma das muitas áreas afetadas. A sociologia do trabalho pode muito ajudar, no sentido de entender como esses trabalhadores, em seus mais variados tempos de trabalho, estão lidando com esses desencontros. Pode dar subsídios para empresas se perceberem nesse processo de corrosão das relações de seus trabalhadores e em como isso os afeta no trabalho. De igual modo, dar ao trabalhador a oportunidade de rever como tem gasto seu tempo de vida e refletir sobre seus valores em detrimento dos valores do mundo do trabalho. Enfim, fazer com que ambas as partes reflitam e escolham melhor caminho de convivência.

Referências

BRAGA, Alice Moraes; CANÔAS, José Walter. O Tempo de trabalho no capitalismo. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/searchq=cache:4E5GXx1wibIJ:www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/alicebragaesejosecanoas.pdf+tempo+de+trabalho+em+marx&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a>>. Acesso em: 24 maio 2010.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro Segundo: o processo de circulação do capital. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORAES, Raimundo de. A importância da ética na formação de recursos humanos. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=4&ved=0CB8QFjAD&url=http%3A%2F%2Fanhanguera.edu.br%2Fhome%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D46%26Itemid%3D239&ei=zLBTkjcI4H68Aau0o2sAw&usg=AFQjCNE2oN13Y_zqhyixxEcj3P4cWvJiA>. Acesso em: 31 jul. 2010.

RÁO, Eduardo Martins. Tempo de trabalho na atualidade: retrocesso da regulação social e a questão da redução da jornada de trabalho. Disponível em: <<http://www.abet-trabalho.org.br/main.asp?view=noticia&id=26>>. Acesso em: 9 jun. 2010.

SENNET, Richard. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 212 p.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 2ª revista São Paulo: Pioneira Thonsom Learning, 2003. 87 p.